

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2021.

Carta – Sindipetro – RJ – nº 109/2020.

**À Comissão de Trabalho e Seguridade da Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro -
ALERJ**

**Assunto: Requerimento de audiência pública sobre a venda da PBIO e a incorporação dos
trabalhadores da PBIO no sistema Petrobrás**

O SINDIPETRO RJ, diante da iminente greve dos trabalhadores da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS – PBIO, subsidiária integral da PETROBRÁS, vem através deste ofício solicitar com urgência uma audiência pública sobre: **“A venda da Petrobrás Biocombustíveis e a incorporação de seus trabalhadores no sistema Petrobrás”**.

Os trabalhadores da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS do Rio de Janeiro estão sendo tratados como mão de obra descartável. Sem qualquer preocupação de humanizar um processo doloroso, no qual trabalhadores que fizeram concurso público para trabalhar com Biocombustíveis numa subsidiária integral da PETROBRÁS estão com seus empregos em risco, a direção da Petrobrás sequer ofereceu a possibilidade de incorporação no sistema mantendo o emprego público conquistado, e nem mesmo um plano de pessoal isonômico com todas as opções dadas aos empregados em outros ativos à venda. É contraditório e demonstra o desrespeito com os trabalhadores que para concretizar a venda da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS, a Petrobrás assumiu o passivo referente à antiga sociedade com a Bambuí Bioenergia, calculado em mais de R\$ 788 milhões, mas, contraditoriamente afirma que não pode assumir a incorporação ou ativo dos empregados concursados da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS. Vale lembrar que do total de trabalhadores cerca de 40% dos empregados concursados já estiveram cedidos, em algum momento, aos quadros da PETROBRÁS controladora.

É de amplo interesse da sociedade o conhecimento de que a venda e a não incorporação dos trabalhadores significa uma grande perda para o Brasil, especialmente, o Estado do Rio de Janeiro, que hoje é a sede da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS. Uma nova empresa dificilmente manterá sede no Rio de Janeiro por que isso se explica apenas pela relação com a PETROBRÁS. Além do desemprego que impactará cerca de cento e cinquenta (150) trabalhadores próprios e mais de três mil (3.000) trabalhadores indiretos em quatro estados, Rio de Janeiro, Minas, Bahia e Ceará, há uma elevada perda

de uma empresa estatal que, após mais de 15 anos de investimentos, agora abre mão de suas usinas e recursos humanos com alto rendimento e capacidade técnica.

A PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEIS é lucrativa e tem grandes previsões de crescimento no mercado. Além de um grave erro para o desenvolvimento do país, a venda da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEIS com seus trabalhadores significa uma ameaça ambiental dificultando o papel necessário da maior empresa estatal do país na transição energética. Ademais, acena para uma possível crise de soberania alimentar já que, a serviço de uma empresa privada que só visa o lucro, podemos ficar reféns de usineiros e latifundiários que podem especular e ampliar de forma abusiva transformando terras agricultáveis em monoculturas voltadas para a produção de biocombustíveis.

A produção de Biocombustíveis é tão necessária que a direção da PETROBRÁS não está sequer defendendo a saída completa do setor, mas busca de forma obscura, sem transparência, vender empresa que é patrimônio público a preço vil e com diversos conflitos de interesses já denunciados ao MPF e questionados via Ação popular de autoria da atual dirigente do Sindipetro-RJ e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Natália Russo e pelo então também dirigente, Luiz Mário Nogueira Dias. Importa destacar que, até 2019, as usinas que hoje compõem parte do patrimônio da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEIS eram de propriedade da PETROBRÁS e foram transferidas junto aos trabalhadores para a PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEIS com vistas a fazer a privatização da subsidiária.

É urgente e necessário que a sociedade civil, a ALERJ e os diversos atores da Comissão de trabalho e seguridade tomem conhecimento do processo de venda e os impactos laborais. A iminente greve e o processo acelerado já em vias de conclusão com seu relevante interesse público gerando impactos trabalhistas, ambientais, alimentares e energéticos justificam a urgência da Audiência. **O Sindipetro RJ faz um apelo para que a Comissão de Trabalho e Seguridade nos apoie na obtenção de informações das autoridades, na abertura de negociação e na divulgação de um fato relevante que deveria ser objeto de discussão aberta com a sociedade.**

Na oportunidade, apresentamos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Igor Mendes U. Kretlli
p/ Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ

p/Natália Russo